

PROPOSTA DE AGREGAÇÃO DE VALOR EM CAFÉS ESPECIAIS PROCEDENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR

Tauana Pinheiro Machado Galvão

Prof. Dr. Ademir Diniz Neves

Prof.^a Me. Paula Rodrigues Granato

Prof.^a Dr.^a Flavia Cristina Cavalini

ademir.neves@fatec.sp.gov.br

FATEC ITAPETININGA – SP

RESUMO: O Brasil é o maior produtor e exportador de café, sendo o segundo maior consumidor. A maior parte do café comercializado é proveniente de grandes fazendas do agronegócio, com pouca participação da produção familiar. Neste sentido, este trabalho apresentou uma proposta da valorização da agricultura familiar via produção agroecológica de café. Assim, foi feita uma revisão bibliográfica para apresentação da importância econômica do café, os conceitos de agricultura familiar, de povos tradicionais, de certificação de origem, de agroecologia, e de *fair trade*. Os dados levantados demonstraram que existem políticas públicas destinadas ao fomento econômico de crédito, bem como valorização social da mulher e do jovem. Também existem métodos simples para certificação de origem do material produzido e da forma de produção. Além disso, é possível a certificação para comércio solidário. A união destas técnicas permite a obtenção de um café de qualidade superior, valorizando a

produção familiar em sistemas agroecológicos, com maior valor remunerativo. O sistema necessita de atores capacitados de diferentes áreas, tais como ciências agrárias, econômicas e sociais. A proposta apresenta vantagens para todos os envolvidos ao longo de todo o processo.

PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia. Certificações. Pequenos Produtores.

ABSTRACT: Brazil is the world's largest coffee producer and exporter and the second largest consumer of the beverage. Most coffee traded in the country come from large agribusiness properties, with little participation of small farmers in the process. This article presents a proposal to create value for family farming systems through coffee agro-ecological production. A bibliographic research was conducted in order to demonstrate the role coffee plays in the economy and important concepts for the proposal, such as family farming,

traditional peoples, certificate of origin, agro-ecology and fair trade. The facts presented prove that there are public policies designed to offer credit to these systems, aimed at empowering women and young people. There are also simple methods to certify the origin of the crop and its production methods. Besides, family producers may also resort to fair trade certification. The combination of these procedures allows small farmers to achieve a high quality coffee bean, adding value to sustainable, family production systems, and raising the price of the product. The system needs capable professionals in the fields of Agricultural and Social Sciences and Economics. The proposal shows the advantages for all actors involved in the process.

KEYWORDS: Agroecology. Certifications. Small Farmers.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é o maior produtor mundial de café (*Coffea arábica* e *Coffea canephora*), e no consumo perde apenas para os Estados Unidos (CONAB, 2014). A cultura do café ocupa o sexto lugar na cadeia do agronegócio brasileiro, sendo este um produto além de comercial, também cultural, utilizado em diversas ocasiões sociais, ritualísticas ou de maneira cotidiana. Ao longo dos anos, a indústria de café procurou se modernizar oferecendo ao mercado interno e externo novos produtos, chamados de cafés especiais ou simplesmente “cafés gourmet”. Esses cafés possuem aromas, textura e sabores diferenciados, conquistando diversos apreciadores no mundo. Os cafés especiais possuem

maior valor agregado e visibilidade internacional, aumentando sua comercialização e margem de lucro. No entanto, tais cafés ainda se restringem a um número muito pequeno de produtores, em parte em função da dificuldade de acesso à tecnologia de produção, a linhas de crédito e ao próprio mercado consumidor.

Neste sentido, buscando uma maior igualdade entre produtores rurais, com maior inserção e valorização da mulher no contexto produtivo, bem como, conservação do ambiente natural, diversas políticas públicas são voltadas para pequenos e médios produtores.

Diante do exposto, o presente artigo justifica-se pela necessidade em discutir a possibilidade de agregar valor ao café por meio de políticas públicas e produção agroecológica, visando aumento da visibilidade no contexto internacional.

2 METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica, retratando a atualidade do mercado de café brasileiro, englobando dados de exportação do café por espécie exportada, os principais destinos do café brasileiro, os valores negociados e quantidade exportada. Pesquisou-se também sobre os programas de estímulo à agricultura familiar, agroecologia, *fair trade* e certificação de origem. Neste sentido foi elaborada uma proposta de valor com

objetivo de se estabelecer novas parcerias/sistemas de produção de café via agricultura familiar, beneficiando pequenos e médios produtores, com destaque para valorização da mulher e conservação ambiental no contexto produtivo; além de maior visibilidade do produto brasileiro no mercado internacional.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Agroecologia

Ao longo dos anos diversas caracterizações foram dadas para o termo Agroecologia, entre as quais sua definição como um movimento sociopolítico que procura o fortalecimento do agricultor em busca de sua identidade e raízes culturais e, principalmente, seu poder de decisão e participação ativa no processo produtivo, favorecendo o local como foco de ação, ou seja, sua autonomia. A Agroecologia, muito além de tratar do manejo ecologicamente responsável dos recursos, constitui-se em um campo do conhecimento científico com a finalidade de estudar a atividade agrária, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica (CAPORAL et al., 2009).

Caporal e Costabeber (2004, p. 11) definiram a Agroecologia como um "enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura

convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis". Assim, na visão apresentada por Caporal e Costabeber (2004, p.11) essa nova ciência deve atender requisitos sociais, considerar aspectos culturais, preservar recursos ambientais, considerar a inclusão política e o e 'empoderamento' dos seus atores, por meio de uma ação social coletiva, de caráter participativo. Sua prática leva à obtenção de resultados econômicos favoráveis ao conjunto da sociedade, com uma perspectiva temporal de longo prazo, ou seja, uma agricultura sustentável.

Assim sendo, a proposta da Agroecologia é vinculada a um marco político/ideológico estabelecido pela ética. Em termos mais simples, é o chamado sistema de produção economicamente viável, ecologicamente correto e socialmente justo.

3.2 Agricultura Familiar, desenvolvimento local e o PRONAF

A agricultura familiar é uma forma de produção na qual predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase à diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado. (MDS - 2013).

A Lei da Agricultura Familiar (Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006) reconheceu oficialmente a agricultura

familiar como profissão no mundo do trabalho e foram criadas novas organizações de representação sindical com vistas a disputar e consolidar a identidade política de agricultor familiar, entre elas a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), criada em 2001 (PICOLOTTO, 2014).

De acordo com Gehlen (2004), no Brasil a noção de desenvolvimento local se fortalece via políticas públicas, de organizações locais formais e informais. Sua dinâmica se deve às metodologias de indução do desenvolvimento econômico e sustentável.

Neste sentido Picolotto (2014) destacou que foram criadas políticas públicas e específicas de estímulo aos agricultores familiares, tais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, bem como, secretarias de governo orientadas para trabalhar com a categoria, entre elas a Secretaria da Agricultura Familiar em 2003, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, criado em 1998.

De acordo com Abramovay; Magalhães; Schroder (2010), a formulação de um Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no início do Governo Fernando Henrique Cardoso, em 1994, foi uma conquista democrática decisiva. Sob pressão direta do sindicalismo de trabalhadores rurais e com sua participação decisiva, o PRONAF organizou-se em torno de duas vertentes:

Em primeiro lugar, tratava-se de conseguir que bancos comerciais passassem a oferecer crédito a um segmento até então quase totalmente excluído de suas operações.

A segunda vertente do PRONAF é bem mais problemática. Ela deveria exprimir, em princípio, a dimensão "territorial" da política: sua intenção é dotar as regiões onde vivem os agricultores familiares de obras de infraestrutura e serviços capazes de valorizar suas atividades econômicas.

O Pronaf é um programa que visa a estimular a geração de renda, melhoria da mão de obra das famílias beneficiadas através de incentivos como financiamentos rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou também em áreas comunitárias. O programa é subdividido em categorias, entre elas o Pronaf Mulher e o Pronaf Jovem.

Pronaf Mulher é uma linha de crédito de investimento para mulheres. Esse crédito é especificamente destinado a atender as mulheres agricultoras, conforme projeto técnico ou proposta simplificada.

Pronaf Jovem são linhas de créditos de investimento para jovens, no qual são beneficiários jovens que sejam maiores de 16 anos e com até 29 anos, que fazem parte de unidades familiares. É necessário que atendam a uma ou mais das condições abaixo, além da apresentação

da DAP, Declaração de Aptidão ao Pronaf;

Esteja cursando o último ano em escolas técnicas agrícolas de nível médio ou já tenham concluído, atendendo à legislação em vigor para instituições de ensino;

Tenham participado de curso ou estágio de formação profissional que atendam os requisitos definidos pela SAF – Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ou que tenham orientação de empresas de assistência técnica e extensão rural reconhecida pela SAF/MDA e pela instituição financeira.

Tenham participado do Pronatec ou do Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo);

Tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação de alternância, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino.

O financiamento, por regra, só poderá ser concedido uma vez para cada beneficiário e com o limite de crédito de até R\$15.000,00. Com taxa efetiva de juros de 1% a.a. (BACEN, 2013)

3.3 Povos tradicionais

São grupos culturalmente diferenciados que possuem formas próprias de organização social. Esses grupos ocupam e usam de forma permanente ou temporária territórios

tradicionais e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Entre esses grupos estão os quilombolas, indígenas, ribeirinhos, caboclos, pescadores artesanais entre outros. (MDS, 2014).

3.4 Certificações

Segundo Gonçalves (2009 apud LOPES, 2009) a certificação é indispensável para determinar a qualidade de um produto ou dos processos envolvidos na produção desse produto, pois através desse mecanismo é possível mostrar as qualidades do produto e dos processos que foram nele aplicados.

Atualmente, as certificações são a garantia de que os produtores e toda a cadeia envolvida na produção até a comercialização do produto estão visando a qualidade, segurança e a sustentabilidade. (QUEIROZ, 2009 apud. LOPES, 2009)

3.5 Fair Trade

O Fair Trade é a prática comercial baseada no diálogo, transparência e respeito visando a criar uma equidade do comércio internacional. Esse modelo comercial assegura os direitos dos produtores e trabalhadores que estão inseridos na cadeia produtiva, oferecendo melhores condições de trabalho e o desenvolvimento sustentável da

agricultura. (FAIR TRADE FEDERATION, 2014)

O mercado cafeeiro brasileiro é formado por 38% de agricultores familiares mas torna-se difícil a diferenciação dos produtos. Nota-se a oportunidade da inclusão através da certificação Fair Trade dos agricultores familiares e de seus produtos no mercado internacional, que paga até 20% a mais por saca de café. (COOPFAM, 2013)

Segundo Ferreira; Pessoa; Santos (2009), O Fair Trade tem como objetivo modificar e alterar a estrutura da cadeia produtiva através de mecanismos possibilitando melhores condições financeiras a pequenos produtores e agricultores familiares. Com a certificação Fair Trade, os consumidores pagam maiores preços por produtos de qualidade por meio desse modelo comercial aplicado, levando em consideração o apoio aos produtores, desde que cumpram as normas de produção atribuídas pelos órgãos reguladores.

3.6 Importância econômica do Café Brasileiro

O Brasil é o maior produtor, com área plantada estimada em torno de dois milhões de hectares (CONAB, 2014), e também é o maior exportador mundial do produto.

Para Braga (2014) dividindo por variedades, o café arábico foi o mais exportado, formando 85%, o de maior

qualidade; 10,7% grão solúvel, 4,2% robusto e o restante, 0,1%, dos tipos tostado e moído. 20% do total foi exportado para os Estados Unidos, seguido por Alemanha.

O Brasil, além do primeiro lugar nos rankings de produção e exportação, está em segundo no consumo mundial de café. Referente aos dados produção do ano de 2013/2014, o Brasil encontra-se com participação de 33% na produção mundial. (MAPA, 2014)

No quesito exportação mundial, o Brasil encontra-se com participação de 28% das exportações mundiais de café e em segundo lugar está o Vietnã, com 22,81%. (MAPA, 2014)

Vale ressaltar os números apresentados no quesito consumo interno mundial em 2013/2014. O Brasil aparece com participação de 47,73%, representando um consumo interno de 21.000 sacas de café, seguido pela Indonésia, com um consumo de 3.584 sacas. (MAPA, 2014). De acordo com estes dados, o complexo do agronegócio do café ocupa a sexta posição no agronegócio brasileiro, atrás da soja, carnes, complexo sucroalcooleiro, produtos florestais e cereais; e possui uma movimentação de cerca de U\$6.500.000.000,00 ao ano (CONAB, 2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o assunto exposto, torna-se clara a importância do agronegócio do café para a economia brasileira. O País, ao se tornar o maior produtor e exportador deste produto, obteve uma grande visibilidade no mercado internacional. Ainda assim, grande parte do material exportado é oriundo de grandes fazendas, que via de regra possuem sua produção orientada pelo mercado externo, atuando apenas como vendedora de *commodities*.

Neste sentido, aproveitando-se da tecnologia de produção de café já existente no país, a grande visibilidade do produto no mercado internacional e do hábito do brasileiro de consumir café, a proposta é permitir que povos tradicionais e agricultores familiares também desfrutem deste mercado.

A ideia se baseia no fomento econômico via PRONAF, permitindo aos agricultores familiares obtenção de crédito para custeio da produção, armazenamento e venda do produto. No sentido de valorizar a participação da mulher e do jovem na sociedade, a intermediação de crédito financeiro por meio desta política pública seria feita pelo PRONAF Mulher e/ou PRONAF Jovem; permitindo também, a fixação destes atores no campo, diminuindo em contrapartida o êxodo rural e o inchaço das grandes cidades.

Em relação ao local de produção e conservação ambiental, deve-se neste caso, buscar o incentivo do uso de áreas

voltadas para sistemas de produção agroecológicas, tais como café orgânico e/ou café sombreado em remanescentes florestais. Também neste caso, seria relevante a catalogação e uso de áreas agrícolas de povos tradicionais, como por exemplo, a produção de café sombreado orgânico em quilombolas.

A utilização de áreas de povos tradicionais, aliada à conservação ambiental via sistema de produção agroecológica, bem como a valorização da agricultura familiar, do jovem e da mulher; também permitiria ao produtor credenciado a obtenção do Certificado de Origem, atestando assim a qualidade do produto e dos processos utilizados, permitindo atingir um maior valor remunerativo.

Este café diferenciado, com qualidade de bebida superior, poderia ser colocado no mercado interno e externo via comercialização *Fair Trade*, com garantia de que a sobretaxa desembolsada de maneira voluntária e consciente pelo comprador será utilizada para o bem-estar social da população local da área de produção.

A viabilidade deste projeto somente será obtida se todos os atores inseridos no processo tiverem o acompanhamento técnico necessário para a sua realização.

Neste aspecto é importante a participação de profissionais de ciências agrárias, que façam a transferência de tecnologia de produção aos produtores, bem como profissionais da área

econômica e social, como os de comércio exterior, que possam amenizar problemas burocráticos e administrativos, otimizando o processo de exportação.

Assim, observa-se que a proposta de conciliação de todos os temas desenvolvidos, ou seja, unir a produção de cafés especiais com a agricultura familiar, buscando métodos produtivos voltados para a agroecologia em áreas de povos tradicionais, com certificação de origem do material produzido; valorização do jovem e da mulher e comercialização via sistema solidário, torna-se uma grande oportunidade do ponto de vista financeiro, técnico e social.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R.; SCHRODER, M. **Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações Brasileiras de agricultores familiares.** *Sociologias*, v.12, n.24, p.268-306, 2010

AMBIENTE BRASIL. **Ambiente agropecuário.** Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/agropecuario/agroecologia/conceitos_de_agroecologia.html> Acesso: 14. Out. 2014

BACEN, **Banco Central do Brasil**, Pronaf, 2013. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#16> Acesso: 13. Out. 2014

CAPORAL, R. R.; COSTABEBER, J. **A. Agroecologia: alguns conceitos e**

princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade.** Brasília: MDS/Embrapa, 2009.

CONAB, **Indicadores da agropecuária**, 2014. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_11_27_15_04_22_novembro_2014.pdf Acesso em nov/2014

COOPFAM. 2013. Disponível em: <<http://www.coopfam.agr.br/noticias/agricultores-familiares-podem-participar-do-mercado-internacional-por-meio-da-certificacao-fair-trade/>> Acesso em: 20. Out. 2014

FERREIRA, R.; PESSOA, U.; SANTOS, A. C. **Efeito do fair trade na cooperativa de agricultores familiares de café de poço fundo**, MG. Disponível em: <<http://200.131.250.22/revistadae/index.php/ora/article/view/81/77>> Acesso em: 10. Out. 2014

FAIR TRADE FEDERATION. 2014. Disponível em: <<http://www.fairtradefederation.org/>> Acesso em: 17. Out. 2014

GEHLEN, I. **Políticas públicas e desenvolvimento social rural. São Paulo em Perspectiva**, v.18, n.2, p.95-103, 2004.

LOPES, R. J. M. 2009. **Visão do cafeicultor sobre a certificação de processo de café.** Disponível em: <http://www.muz.ifsuldeminas.edu.br/attachments/217_RODRIGO%20JOS%C3%89.pdf> Acesso em: 10. Out. 2014

MAPA - **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, 2014. Disponível

em:<<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/estatisticas>> Acesso: 14. Out. 2014

MDS Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2013. Agricultura Familiar. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programas-complementares/beneficiario/agricultura-familiar>. Acesso em: 15 set. 2013.

MDS Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2014. Disponível em: <http://mdspravoce.mds.gov.br/seguranca-alimentar-e-nutricional/inclusao-produtiva-rural/>. Acesso em: 14.Out.2014

PICOLOTTO, E. L. **A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil.** *Sociologias*, v.16, n.35, p.204-236, 2014.